ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE SERGIPE

Rosemiro Magno da Silva[1]

RESUMO

Este artigo analisa a estrutura fundiária de Sergipe no período compreendido entre 1940 a 1995.

Palavras chaves: estrutura fundiária, sociologia rural.

ABSTRACT

This article analizes Sergipe's agrarian struture from 1940 until 1995.

Key word: agrarian struture, sociology.

* Sociólogo/Prof. Emérito da UFS. rosemiro.magno@uol.com.br

Conhecer a estrutura fundiária de uma micro-região, de uma região ou de um país é fator fundamental para quem quer compreender como se processa a expansão do capitalismo no campo e suas conseqüências. É, também, de grande valia para quem vai realizar estudos de conflitos de terra, da economia agrícola e das condições de vida do homem do campo. Além disso, não se pode negar a importância dos estudos de estrutura fundiária na elaboração de planos, programas e projetos, assim como para a formulação de políticas públicas destinadas a promover o desenvolvimento rural. Este artigo que analisa a estrutura fundiária do estado com base numa série histórica de cinqüenta cinco anos, compreendendo o período que vai de 1940 a 1995, tem por objetivo subsidiar esses estudos e projetos.

Na análise aqui efetuada foi usada a categoria *estabelecimento rural,* mas não da forma como se encontra definido no Estatuto da Terra."Segundo o Estatuto da Terra (artigo quatro), considera-se como minifúndio o imóvel rural com área inferior a um módulo; como *latifúndio por dimensão*, o imóvel rural com área superior a 600 módulos; como *empresa rural,* o imóvel explorado econômica e racionalmente que tenha área de um módulo até 600 vezes esse valor; e como *latifúndio por exploração,* o imóvel rural que, mantidos os mesmos limites da empresa rural, seja mantido inexplorado(...), com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado[1]".

A abordagem é feita sob o prisma da posse e uso da terra. Neste caso, a análise exige que se trabalhe com a categoria estabelecimento rural e não imóvel rural. "O imóvel rural é, portanto, uma unidade de propriedade, enquanto a unidade pesquisada pelos Censos Agropecuários do IBGE - o estabelecimento – é uma unidade administrativa onde se processa uma exploração agropecuária. Portanto, necessário se faz alertar contra as comparações diretas entre dados dos Censos e dos Cadastros, uma vez que a unidade básica é diferente"[2].

Como Graziano, Andrade entende que "imóvel rural é uma unidade de propriedade e estabelecimento é uma unidade de administração e

---

1 SILVA, J. F. Graziano (Coord.). Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. 1978. p. 38.

2 Idem, p. 37.

O fato de o pequeno produtor sem terra contentar-se com um pedaço de terra menor do que o módulo rural prende-se a uma série de fatores: dificuldade, por parte do agricultor, de assimilar as técnicas agrícolas modernas difundidas pelos agentes da EMDAGRO; dificuldades de comercialização; baixa produção e produtividade; hábitos de produção tradicionais; desnutrição do agricultor e de sua família; baixa aspiração de progresso econômico. Entrevistando "camponeses" em várias regiões do estado e indagando sobre o seu maior desejo em termos de ascensão social, de progresso na vida etc, a resposta quase sempre é: "desejo possuir uma vaquinha para dar leite pros meninos" ou ter possibilidade de comer "de tudo que tivesse vontade" isto é, comer algum alimento mais sofisticado, mais elaborado, em síntese, mais gostoso. A expectativa de melhoria das condições de vida do pequeno produtor sem terra ou com terra insuficiente para a produção comercial, em Sergipe, ainda é muito baixa; não há o desejo expresso do enriquecimento, mas é claro que há exceções.

Qualquer política de distribuição de terra deve levar em conta, dentre outros fatores, a questão do *habitus*. Este forma no agente social uma mentalidade fortemente estruturada que, quase sempre, se manifesta como elemento de resistência às mudanças sociais. A idéia de uma produção agrícola fundamentada em tecnologias agrícolas modernas e voltada para o mercado em moldes capitalistas parece estar mais na cabeça dos técnicos e planejadores do que no estrato camponês tradicionalmente vinculado à economia familiar.

O CIDA - Comitê Interamericano do Desenvolvimento Agrícola[5] realizou no Brasil, em 1963, um amplo estudo sobre as condições rurais. Elaborou quatro categorias de análise "sobre relações entre posse e uso da terra e o desenvolvimento[6]". Estas categorias são: Minifúndio (Classe I); Fazenda de Tipo Familiar (Classe II); Fazenda de Tamanho Médio, Multifamiliar (Classe III) e Fazenda de Tamanho Grande,

---

[5] CIDA – Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola, Posse e Uso da Terra e Desenvolvimento Sócio-Econômico Agrícola. Brasil: 1966.

[6] Idem, p. XIV.

Multifamiliar (Classe IV)[7]. Para o exame dessas relações, considera o emprego da mão-de-obra e não o tamanho do estabelecimento.

"O Tamanho físico absoluto não é uma base muito boa para a comparação das fazendas em regiões de diferentes climas, solos, mercados e níveis de desenvolvimento técnico e econômico. O tamanho não é uma medida satisfatória mesmo para a comparação entre as fazendas em uma região pequena, se houver grande diferença na qualidade dos solos e no acesso aos mercados[8]".

As categorias empregadas pelo CIDA e retomadas por Carvalho[9] também se nos apresentam insuficientes para o exame da situação fundiária, porque requer um levantamento de todas as condições apresentadas. A metodologia do CIDA é estruturada em modelos estatísticos que, se por um lado não considera o tamanho da unidade de produção, por outro lado considera a mão-de-obra do ponto de vista muito genérico, sem levar em conta suas condições culturais, sociais, econômicas, técnicas, de saúde, as relações e a divisão do trabalho etc.

O mesmo argumento usado para questionar a categoria minifúndio estabelecida no Estatuto da Terra será empregado para discutir as categorias utilizadas no referido estudo do CIDA, questionando, por exemplo, o que significa: "uma fazenda com terra suficiente para dar emprego a X quantidade de homens por tempo integral", conforme estabelece as categorias usadas pelo CIDA. É a quantidade da terra, a situação do trabalhador, a relação de trabalho, a divisão do trabalho, as condições

---

7 "Minifúndio (classe I) – Uma Fazenda com terra suficiente para dar emprego a menos de 02 trabalhadores em tempo integral".
"Fazenda do Tipo Familiar (Classe II) – Uma Fazenda com terra suficiente para dar emprego de 2 a 4 trabalhadores em tempo integral".
"Fazenda de Tamanho Médio, Multifamiliar, também aqui denominada de Fazenda de tamanho Médio (Classe III) – Uma Fazenda com terra suficiente para dar emprego a mais de 12 trabalhadores em tempo integral".
"Fazenda de Tamanho Grande, Multifamiliar também aqui denominada de latifúndio (classe IV) – Uma Fazenda com terra suficiente para dar emprego a mais de 12 trabalhadores em tempo integral".

8 Ibidem, p. XIV.

9 CARVALHO, Ionaldo Vieira. Evolução da Estrutura Agrária no Estado de Sergipe. Dissertação de mestrado. 1981.

de fertilidade do solo, pluviosidade, topografia, infraestrutura do apoio, tipos de culturas, tecnologia agrícola empregada etc.

Todos esses elementos devem ser considerados, para que se possa estabelecer uma área mais ou menos "ideal" a ser "racionalmente" utilizada por uma quantidade determinada de trabalhadores. Ora, para se estabelecer o tamanho "ideal" da unidade de produção, ter-se-á que examinar as condições supra apontadas. Deve ser lembrado, apenas à guisa de exemplo, a condição de trabalho do escravo que era acusado de produzir pouco e de aviltar o trabalho etc. Mas, por outro lado, não se deve esquecer que a relação de trabalho era escravista desprovida de qualquer incentivo. O escravo era uma máquina, não tinha vontade própria, muito menos cidadania. Portanto, é necessário examinar-se uma série de fatores que envolvem o homem e as atividades de trabalho em especial quando se trata de trabalho na agricultura, atividade sobre a qual a ciência e a tecnologia existentes ainda não dispõem de controle absoluto e o camponês nem sempre absorve a tecnologia mais avançada.

Se o tamanho da unidade de produção não deve ser tomado como categoria para o exame da posse e uso da terra, a relação entre o tamanho da fazenda e a quantidade de mão-de-obra pré-estabelecida, mesmo que em bases flexíveis, não deve também servir de parâmetro. Nestes termos, torna-se forçoso arbitrar, isto é, trabalhar com a categoria tamanho da unidade de produção, mas não de conformidade com o que estabelece o Estatuto da Terra.

Para traçar um perfil da situação fundiária de Sergipe, devem ser chamado de *minifúndio* as unidades produtoras com menos de 10 hectares; unidades *camponesas* ou *fazendas do tipo familiar* de 10 a menos de 50 hectares; médias propriedades de 50 a menos de 200 hectares e, *latifúndio,* propriedades maiores de 200 hectares. Acredita-se que através dessas categorias é possível transmitir uma visão geral da estrutura fundiária do estado. Mas a análise será desenvolvida nos dois extremos, ou melhor, no minifúndio e no latifúndio, onde parece se situar o cerne da questão.

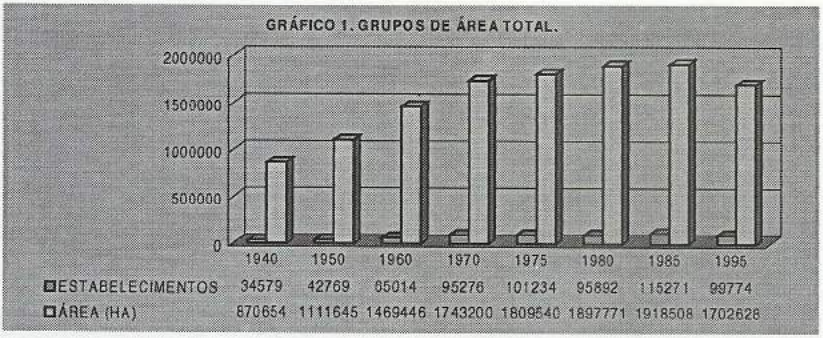
ANOS	TOTAL		GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)											
			Menos de 1 ha		1 a menos de 2 ha		2 a menos de 5 ha		5 a menos de 10 ha		10 a menos de 20 ha		20 a menos de 50 ha	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
1940	100	100	9,30	0,30	18,10	1,10	27,00	3,40	16,80	4,80	11,80	6,70	8,70	10,70
1950	100	100	13,20	0,30	17,60	1,00	22,20	2,80	14,90	4,20	12,90	7,20	9,90	11,80
1960	100	100	22,00	0,70	17,00	1,20	20,00	2,90	13,40	4,30	10,90	7,00	8,90	12,10
1970	100	100	33,40	1,00	16,50	1,30	17,60	3,10	10,60	4,20	8,10	6,40	7,40	12,70
1975	100	100	34,30	1,10	16,40	1,30	17,50	3,20	10,50	4,20	7,90	6,40	7,20	12,70
1980	100	100	31,10	0,90	15,70	1,20	17,90	3,00	11,50	4,20	8,60	6,30	8,10	12,90
1985	100	100	37,74	1,17	14,88	1,29	17,27	3,39	10,03	4,35	7,31	6,30	6,72	12,80
1995	100	100	34,28	1,03	14,95	1,29	17,73	3,40	10,83	4,54	7,98	6,64	7,26	13,39

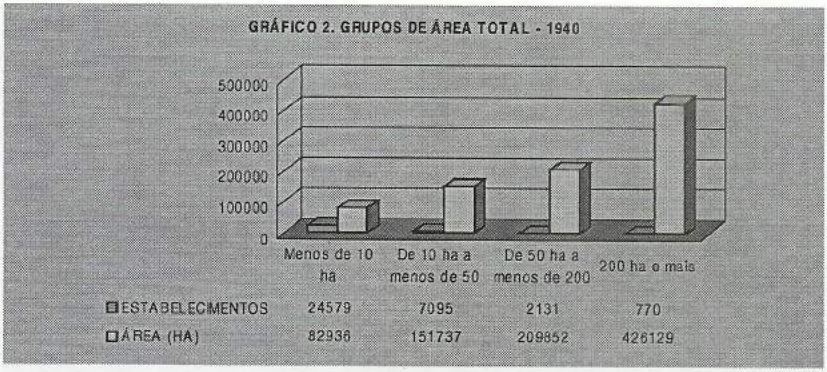
ANOS	TOTAL		GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)											
			Menos de 1 ha		1 a menos de 2 ha		2 a menos de 5 ha		5 a menos de 10 ha		10 a menos de 20 ha		20 a menos de 50 ha	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
1940	100	100	9,30	0,30	18,10	1,10	27,00	3,40	16,80	4,80	11,80	6,70	8,70	10,70
1950	100	100	13,20	0,30	17,60	1,00	22,20	2,80	14,90	4,20	12,90	7,20	9,90	11,80
1960	100	100	22,00	0,70	17,00	1,20	20,00	2,90	13,40	4,30	10,90	7,00	8,90	12,10
1970	100	100	33,40	1,00	16,50	1,30	17,60	3,10	10,60	4,20	8,10	6,40	7,40	12,70
1975	100	100	34,30	1,10	16,40	1,30	17,50	3,20	10,50	4,20	7,90	6,40	7,20	12,70
1980	100	100	31,10	0,90	15,70	1,20	17,90	3,00	11,50	4,20	8,60	6,30	8,10	12,90
1985	100	100	37,74	1,17	14,88	1,29	17,27	3,39	10,03	4,35	7,31	6,30	6,72	12,80
1995	100	100	34,28	1,03	14,95	1,29	17,73	3,40	10,83	4,54	7,98	6,64	7,26	13,39

ANOS	TOTAL		GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)										Estab. sem declaração de área
			50 a menos de 100 ha		100 a menos de 200 ha		200 a menos de 500 ha		500 a menos de 1000 ha		1000 ha e mais		
	ESTAB.	ÁREA (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	
1940	34579	870654	1327	93351	808	116501	560	169851	131	93016	79	163262	-
1950	42769	1111645	1852	129986	1111	159271	726	218108	222	154857	78	146377	-
1960	65014	1469446	2480	176634	1291	183600	922	281699	234	162648	107	250844	-
1970	95276	1743227	3060	216954	1562	218555	1025	315247	317	217762	136	275287	4
1975	101234	1809466	3089	218490	1701	238178	1024	317278	323	223254	148	288669	-
1980	95892	1897771	3342	237486	1764	248004	1088	332504	319	217996	167	322517	60
1985	115271	1918505	3333	235925	1825	256684	1122	343156	333	225953	153	294539	201
1995	99774	1702628	3063	217045	1662	233291	1102	337642	297	201846	113	197397	716

ANOS	TOTAL		GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)										Estab. sem declaração de área
			50 a menos de 100 ha		100 a menos de 200 ha		200 a menos de 500 ha		500 a menos de 1000 ha		1000 ha e mais		
	%	%	%	%	%	%	%	%	%.	%	%	%	
1940	100	100	3,80	10,70	2,30	13,40	1,60	19,50	0,40	10,70	0,20	18,70	-
1950	100	100	4,30	11,70	2,60	14,30	1,70	19,60	0,50	13,90	0,20	13,20	-
1960	100	100	3,80	12,00	2,00	12,50	1,40	19,10	0,40	11,10	0,20	17,10	-
1970	100	100	3,20	12,40	1,70	12,50	1,10	18,00	0,30	12,50	0,10	15,79	-
1975	100	100	3,00	12,10	1,70	13,20	1,00	17,50	0,30	12,30	0,20	16,00	-
1980	100	100	3,50	12,50	1,90	13,00	1,10	17,50	0,30	11,50	0,20	17,00	0,10
1985	100	100	2,89	12,50	1,58	13,38	0,97	17,89	0,29	11,78	0,13	15,35	0,19
1995	100	100	3,07	12,75	1,67	13,70	1,10	19,83	0,30	11,85	0,11	11,58	0,72

FONTE: CENSO ECONÔMICO DO BRASIL - 1940; CENSO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE NÚMERO 14 - 1995-1996.


GRÁFICO 1. GRUPOS DE ÁREA TOTAL.
2000000
1500000
1000000
500000
0
1940 1950 1960 1970 1975 1980 1985 1995
ESTABELECIMENTOS 34579 42769 65014 95276 101234 95892 115271 99774
ÁREA (HA) 870654 1111645 1469446 1743200 1809540 1897771 1918508 1702628


GRÁFICO 2. GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1940
500000
400000
300000
200000
100000
0
Menos de 10 ha
De 10 ha a menos de 50
De 50 ha a menos de 200
200 ha e mais
ESTABELECIMENTOS 24579 7095 2131 770
ÁREA (HA) 82936 151737 209852 426129

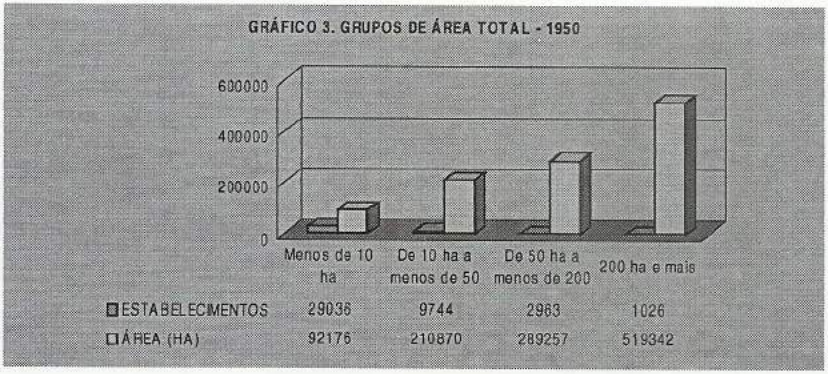
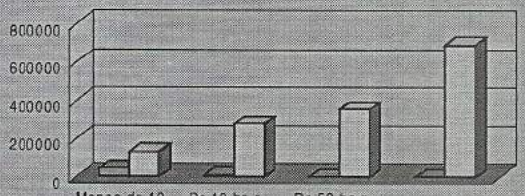
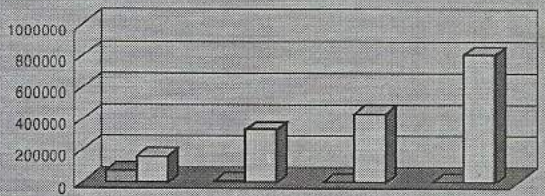

GRÁFICO 3. GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1950
600000
400000
200000
0
Menos de 10 ha
De 10 ha a menos de 50
De 50 ha a menos de 200
200 ha e mais
ESTABELECIMENTOS 29036 9744 2963 1026
ÁREA (HA) 92176 210870 289257 519342

GRÁFICO 4. GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1960



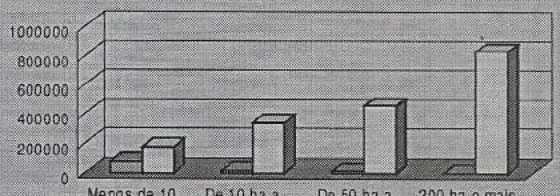
	Menos de 10 ha	De 10 ha a menos de 50	De 50 ha a menos de 200	200 ha e mais
ESTABELECIMENTOS	47140	12840	3771	1293
ÁREA (HA)	133212	280809	360234	695191

GRÁFICO 5. GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1970

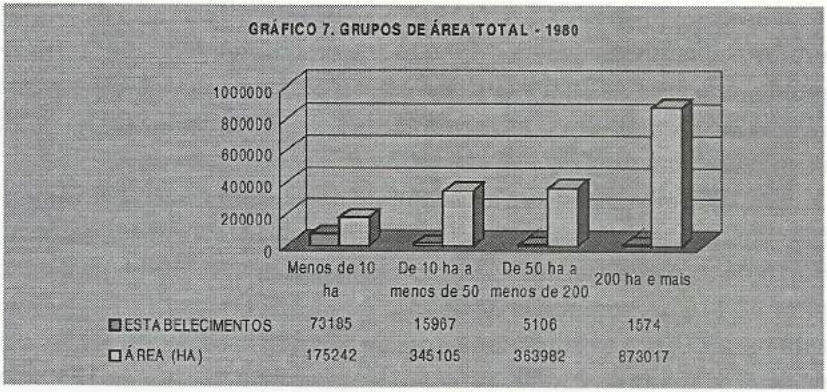


	Menos de 10 ha	De 10 ha a menos de 50	De 50 ha a menos de 200	200 ha e mais
ESTABELECIMENTOS	74347	14825	4222	1478
ÁREA (HA)	165767	333632	435515	808285

GRÁFICO 6. GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1975



	Menos de 10	De 10 ha a	De 50 ha a	200 ha e mais
ESTABELECIMENTOS	79691	15258	12741	1495
ÁREA (HA)	178563	345105	456672	829201


GRÁFICO 7. GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1980
1000000
800000
600000
400000
200000
0
Menos de 10 ha
De 10 ha a menos de 50
De 50 ha a menos de 200
200 ha e mais
ESTABELECIMENTOS 73185 15967 5106 1574
ÁREA (HA) 175242 345105 363982 873017

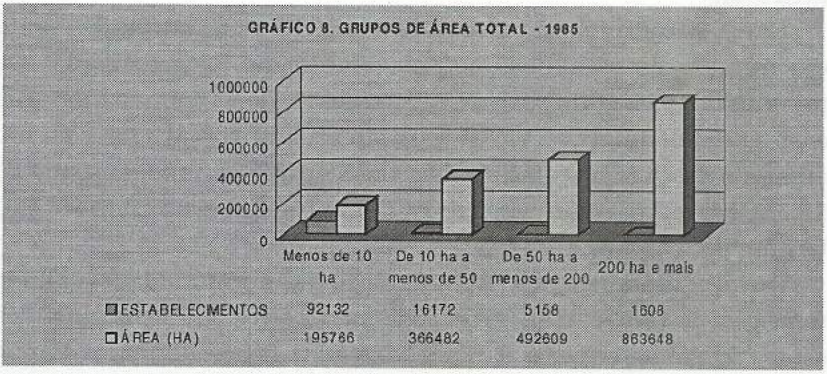

GRÁFICO 8. GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1985
1000000
800000
600000
400000
200000
0
Menos de 10 ha
De 10 ha a menos de 50
De 50 ha a menos de 200
200 ha e mais
ESTABELECIMENTOS 92132 16172 5158 1608
ÁREA (HA) 195786 366482 492609 863648


GRÁFICO 9. GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1995
800000
600000
400000
200000
0
Menos de 10 ha
De 10 ha a menos de 50
De 50 ha a menos de 200
200 ha e mais
ESTABELECIMENTOS 77616 15203 4724 1512
ÁREA (HA) 174397 341010 450336 736885

Observando-se os dados de 1940, verifica-se a existência de 24.579 estabelecimentos com menos de 10 ha, representando 71% do total, ocupando uma área de 82.936 ha; isso corresponde apenas a 9,5% da área recenseada, enquanto que as propriedades com mais de 200 ha (770) ocupavam uma área de 426.129 ha, ou seja, quase 49% da área total.

Em 1950 observa-se um crescimento no número de estabelecimentos com menos de 10 ha (29.036) da ordem de 18,1% em comparação com a década anterior. A área ocupada também aumentou, passando para 92.176 ha, com um crescimento de 11,1%. Os latifúndios passaram para 1.026, e a ocupar uma área de 519.342 ha, com um acréscimo da área ocupada de 21,9%, em comparação com a década de 1940. Os minifúndios ocupavam 8,3%, enquanto que os latifúndios, 46,7% da área total.

Em 1960 continua o aumento do minifúndio e do latifúndio, tanto em número de estabelecimentos, quanto na área ocupada. Os minifúndios passaram para 47.140 aumentando 62% em comparação com a década anterior. A área ocupada atingiu 133.212 ha, com um aumento de 44,5%. Os latifúndios (1.263) tiveram um acréscimo de 23,1%, em comparação com 1950. Os minifúndios ocupavam 9% e os latifúndios 47,3% da área total.

Verifica-se em 1970 a existência de 74.347 minifúndios, ocupando uma área de 165.767 ha., correspondendo a cerca de 78% do total dos estabelecimentos e apenas 9,5% da área total recenseada, enquanto que os latifúndios passaram a somar 1.478 e a ocupar uma área de 808.296 ha, o que corresponde aproximadamente a 46% da área total. Considere-se, ainda, a existência de 04 estabelecimentos sem declaração de área.

Em 1980 observa-se um decréscimo no número de minifúndios que passou a 73.185, com uma redução de 1,6%, comparado com a década anterior. Em compensação aumentou a área ocupada, que passou a 175.242 ha, com um acréscimo da ordem de 5,4% em relação á década anterior. O número de estabelecimento com mais de 200 ha passou para 1.574. A área ocupada por esses estabelecimentos atingiu 873.017 ha, houve um aumento de 8% em relação à década de 1970. Finalizando, em 1980 os minifúndios ocupavam 9,2% e os latifúndios 46% da área total. Considere-se, ainda, a existência de 60 estabelecimentos sem declaração de área.

Em 1985 aumentou o número de estabelecimentos com até 10 ha, passando para 92. 132 ha, ou seja, 80% do total dos estabelecimentos, aumentou, também, a área ocupada, que atingiu 195. 766 ha e 10,2% da área total. Os estabelecimentos com mais de 200 ha foram para 1.608 (14%) e a ocupar uma área de 863. 648 ha isto é, 45% do total. No período de 1980 a 1985, houve diminuição da área ocupada pelos latifúndios em apenas 1%. Mas por outro lado, aumentou a quantidade de estabelecimentos sem declaração de área que passou para 201. A redução da área ocupada pelos estabelecimentos com mais de 200 ha pode ser explicada em função da luta pela terra e, conseqüentemente, pela distribuição de terras através dos assentamentos da reforma agrária.

Comparando-se os dados de 1980 com os de 1985, verifica-se que o número de minifúndios aumentou em 18. 947 cresceu 25,9%. Em termos de área ocupada, o aumento foi de 20.524 ha, ou seja, 11,7%. Com relação aos latifúndios, verifica-se um pequeno aumento de 34 unidades a mais em 1985. Por outro lado, a área ocupada diminuiu em 9.369 ha, mais ainda representando 45% da área total recenseada.

Na década de 1980 a luta pela terra torna-se mais aguda. No período compreendido entre 1980 a 1985 foram assassinados 721 trabalhadores rurais por questão de terra no Brasil[10]. A década de 80 se caracteriza pela "consolidação da grande agricultura capitalista e do processo de proletarização no campo; evidenciam-se mudanças institucionais no Estado, nas quais a resolução da questão agrária é situada como uma das prioridades a considerar no pacto social, anunciada pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), da chamada Nova República, anote-se também no período um contexto de mudanças no quadro político-partidário, de acirramento das disputas pela terra, de eclosão em cadeia de movimentos grevistas por trabalhadores bóias-frias e de reorientação – ainda que não homogênea – dos rumos da organização político-sindical dos trabalhadores".[11]

---

[10] SILVA, Rosemiro Magno da. A Luta dos Posseiros de Santana do Frades, p. 27. TABELA Nº 1

[11] BERGAMASCO, S.M.P. (Coord.) Análise e avaliação dos projetos de reforma agrária e assentamento no Estado de São Paulo (Projeto de Pesquisa). Mimeografado. S. d.

Em 1995 verifica-se ligeira alteração na estrutura fundiária. Os estabelecimentos com menos de 10 ha passaram por poucas modificações em relação à década passada. Agora eles são 77. 618 (77,8%), ocupam uma área de 174. 397 ha, ou 10,2% da área total recenseada. Em relação a 1985, aumentou em quantidade, mas manteve o mesmo percentual de área ocupada. Os latifúndios, por sua vez, diminuíram um pouco em quantidade e em área ocupada. Passaram para 1.512 (1,5%) e a ocupar 736.885 ha, o que corresponde a 43,3% da área total. Devemos lembrar, por conseguinte, que em 1995 aparecem 716 estabelecimentos sem declaração de área, o que leva a crer que a quantidade de estabelecimentos, no estrato com 200 ha e mais, deve ter sido bem maior no período. Em comparação com 1985, houve uma diminuição de 96 (6,4%) unidades e, em termos de área ocupada, de 126.763 ha, que corresponde a 14,7%.

No período analisado, 1940 a 1995, os minifúndios aumentaram em quantidade e em área ocupada, com exceção do qüinqüênio 1975/1980 e da década de 1985/1995. No qüinqüênio 1975/1980, verifica-se uma diminuição de 6.506 unidades (8,2%) no estrato de estabelecimentos com menos de 10 h, o mesmo aconteceu com a área ocupada que diminuiu em 3321 ha (2%).

Quais são as razões que podem ser evidenciadas para esclarecer esse viés? Já que, como se observa, a tendência que se verifica, na análise da série histórica, é o aumento da quantidade e da área ocupada pelos minifúndios. A resposta a essa questão, conforme nosso ponto de vista, consiste na presença da CODEVASF e do PRÓ-ÁLCOOL no baixo São Francisco sergipano e do crescimento da citricultura no centro-sul do estado.

A CODEVASF instalou-se na região, implantando vários projetos irrigados a partir de 1975. No lado sergipano, isto é, na margem direita do São Francisco, estabeleceu os seguintes projetos: Betume I – abrangendo áreas dos municípios de Neópolis, Pacatuba e Ilha das Flores, sendo desapropriados 7.739 ha de terras para a implantação deste projeto, o qual entrou em fase de execução em 1975; Betume II – localizado em áreas dos municípios de Neópolis e Ilha das flores, é um prolongamento do Betume I; Pindoba – dispondo de uma área comum com o Cotinguiba, localiza-se no município de Propriá e ocupa uma área de

925 ha; Cotinguiba – localizado numa várzea dos municípios de Propriá e Neópolis, ocupa uma área de 2.167 ha; Brejo Grande – localizado no município do mesmo nome, ocupa uma área de 1.906 ha; Canhoba – localiza-se no município do mesmo nome, ocupa uma área de 483 ha; Gararu – localizado no município do mesmo nome, ocupa uma área de 327 ha. Além desses projetos, existe ainda o *Projeto Pequenas Várzeas*, que abrange as duas margens do rio, onde foram selecionadas 48 várzeas, estendendo-se ao longo de 166 km do rio. Até 1978 já tinham sido desapropriadas pela CODEVASF, no baixo São Francisco (Sergipe e Alagoas) aproximadamente 17. 500 ha, área que equivale a 1.763 propriedades rurais, entre grande e pequenas[12].

O PRÓ-ÁLCOOL foi implantado no país em 1975, mas seus efeitos passaram a ser notados em Sergipe, a partir de 1979, especialmente quando se instalou no município de Neópolis uma usina, a Grande Vale, para produzir álcool. A presença dessa usina modificou um pouco a estrutura fundiária de alguns municípios da região, pois se verificou a diminuição do número de arrendatários de pequenas áreas para o plantio de culturas alimentares e eleva-se a concentração da terra[13].

O crescimento da citricultura no centro-sul do estado, também modificou a estrutura fundiária daquela região.Citricultores motivados pelo sucesso daquela cultura procuraram ampliar suas áreas plantadas, adquirindo terras para a ampliação de seus cultivares. O processo de expansão da área citrícola fez com que algumas pequenas propriedades fossem incorporadas a outras médias e grandes.

Na década de 1985/1995, o viés é ainda mais evidente. Em 1985 os estabelecimentos com menos de 10 ha eram 92.132, diminuiu em 1995 para 77.618, cuja diferença é bastante acentuada, são 14. 514 unidades, um decréscimo de 15,8%. O mesmo se verificou também com relação à área ocupada que em 1985 era 195.766 ha, diminuindo em 1995, para 174.398 ha, com uma diferença de 21.368 ha, ou seja, uma queda de 11%.

Há de se perguntar, novamente, quais foram os motivos de expressiva diminuição na quantidade e na área ocupada pelos estabelecimentos

---

[12] SILVA, Rosemiro Magno da. A Luta dos Posseiros..., Op. Cit. p. 64.

[13] Idem, p. 72.

como menos de 10 ha. A primeira evidência é a grande quantidade de estabelecimentos sem declaração de área que aparece na tabela em apreço. Examinando-se a tabela supra exposta, verifica-se que em Sergipe, no período de 1940 a 1975, aparece, em 1970, apenas 04 estabelecimentos sem declaração de área, esse número cresce para 60 em 1980, 201 em 1985 e pula para 716 em 1995. Esse fato é indicativo de que proprietários de terra, ficaram receosos com o alarido político em torno da reforma agrária e com a possibilidade de verem seus latifúndios por exploração serem desapropriados para fins de reforma agrária. Alguns deles passaram a não declarar ao INCRA a verdadeira área de seus estabelecimentos, enquanto outros desmembraram suas propriedades escriturando as parcelas em nome de familiares e/ou de proprietários "laranjas".

Carvalho, em sua análise da Estrutura Agrária de Sergipe, utilizando-se do índice de GINI, afirma "que a concentração da terra em Sergipe continua sendo *forte e muito forte* ao longo do período 1920 a 1975, com uma tendência gradual a atingir uma concentração *muito forte e absoluta*[14]".

De acordo com dados de 1972[15], em Sergipe existiam 16 281 famílias sem terra, correspondendo a 44,8% das famílias residentes no campo. O índice de GINI, incluindo os "sem terra", era 0,889, isto é, *concentração de terra muito forte*. Acrescente-se ainda que 21,6% dos proprietários possuíam mais de um imóvel.

---

[14] CARVALHO, Ionaldo Vieira. Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações. Dissertação de mestrado, p. 67. Na página 24 desse estudo, encontra-se uma tabela com a classificação da concentração da terra de acordo com o índice de GINI - transcrita abaixo na íntegra.

INTERVALOS DO ÍNDICE DE GINI	GRAU DE CONCENTRAÇÃO
0,000 a 0,100	nula
0,101 a 0,250	de nula a fraca
0,251 a 0,500	de fraca a média
0,501 a 0,700	de média a forte
0,701 a 0,900	de forte a muito forte
0,901 a 1,000	de muito forte a absoluta

[15] SILVA. S.F. Graziano. Estrutura Agrária... Op. Cit. Quadro 6, p. 69.

Analisando-se o percentual da área ocupada pelos latifúndios ao longo do período de 1940 a 1995, constata-se o seguinte: em 1940 eles ocupavam 49% da área total recenseada; em 1950, 46,7%; em 1960, 47,3%; em 1970, 46,3%; em 1980, 46% e em 1995, 43,2%.

É temerário dizer-se categoricamente que o percentual da área ocupada pelos estabelecimentos com 200 e mais hectares, em 1995, é realmente 43,2%, posto que não se pode esquecer dos 716 estabelecimentos sem declaração de área. Certamente, dentre eles, deve haver alguns que se enquadram no estrato de 200 hectares e mais. Apesar disso, é evidente que houve uma pequena desconcentração da estrutura fundiária a partir da década de 1980.

No período que vai de 1945 a 1992, melhor dizendo, em 47 anos, a política distributivista de terras repassou a pequenos produtores, em todo o estado, uma quantidade insignificante de lotes. Foram distribuídos 81.044 hectares de terra a 8.607 famílias em 93 assentamentos.[16] Essa política se processou através de diferentes mecanismos: colonização particular, colonização oficial realizada pelos governos estadual e federal, ação da Igreja Católica, como foi o caso da PROHCASE – Promoção do Homem do Campo de Sergipe - e da reforma agrária.

Todo esse esforço provocou uma pequena alteração na estrutura fundiária do estado, *com destaque para os períodos de 1975/1980 e 1985/1995.* Mas, apesar disso, *o índice de GINI calculado para 1995 (0,842) ainda indica um grau de concentração de forte a muito forte. Pode-se dizer, contudo, que ela continua praticamente inalterada.*

---

[16] SILVA, Rosemiro Magno da. Asentamento de Pequenos Produtores Rurais em Sergipe - 1945-1992.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS

BERGAMASCO, S.M.P. (Coord.). Análise e avaliação dos projetos de reforma agrária e assentamento no Estado de São Paulo (Projeto de Pesquisa). Mimeografado. S.d.

BRASIL, Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. POLONORDESTE. DEA. Documento nº 10. A propriedade da terra e as transformações recentes da agricultura pernambucana. Recife, 1982.

CARVALHO, Ionaldo Viera. Evolução da estrutura agrária no estado de Sergipe: síntese das transformações. Fortaleza, 1981. 127p. (Dissertação MS – Universidade Federal do Ceará).

CENSO ECONÔMICO DO BRASIL 1940.

CENSO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE Nº 14 1995/1996.

CIDA - COMITÊ INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA. Posse e uso da Terra e desenvolvimento sócio-econômico de setor agrícola. Brasil, 1966. 649p.

SILVA, J. F. Graziano da. (Coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1978. 267p.

SILVA, Rosemiro Magno da. *Assentamento de Pequenos Produtores Rurais em Sergipe 1945/1992*, Secretaria de Estado da Agricultura e da Irrigação. 1996, 88p.

A LUTA DOS POSSEIROS DE SANTANA DOS FRADES, Ed. Da UFS, Fundação Oviêdo Teixeira, 2000. 354p.

SILVA, Rosemiro Magno da e LOPES, Eliano Sérgio Azevedo, CONFLITOS DE TERRA E REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE, Ed. da UFS, 1996. 176p.